

ATA DA V REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO DIA 11 DE JUNHO DE 2024

Aos onze dias do mês de junho, deu-se início, às 8h40, em segunda chamada, à V Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste Colegiado na sede do Conselho Municipal de Educação com localização na Escola Municipal Júlio César de Almeida Lorangeira, situada à rua Délio Gomes Ferreira, s/n, Parque das Palmeiras. Reuniram-se os Conselheiros Municipais de Educação, com a participação da presidente do Conselho, Silvia Almeida Lira, da vice-presidente, Mariana Inácio de Oliveira Máximo, e dos seguintes conselheiros de forma presencial: Ana Claudia dos Santos P. Ramos, Ana Cristina Ferreira Neves, Marcos Paulo Pereira Ramos, Wellington Pereira da Silva, Suellen Moura Souza, Patrícia Aparecida Viríssimo, Herick Porto Holzer, Alex de Almeida, Cristiane Cunha Vaz da Silva Inoue, Norielem de Jesus Martins, Luana Graziella Bandeira, Barbara de Oliveira Sinclair Haynes e Jorge Luiz da Silva Nunes, além da secretária executiva Simony Valim da Rocha e do auxiliar administrativo José Barreto. Angela de Fátima Figueredo Leone de Almeida justificou sua ausência via mensagem. Respeitadas as disposições regimentais, a presidente Silvia Lira iniciou a reunião cumprimentando os conselheiros e passou à pauta. O primeiro ponto é o Plano Municipal Pela Primeira Infância (PMPI) e a secretária executiva Simony Valim fez uma fala apresentando o Plano Nacional Pela Primeira Infância (PNPI) e destacou os pontos principais do PMPI, enfatizando seu caráter intersetorial e os aspectos relacionados à Educação Infantil. A conselheira Patrícia Viríssimo acredita que a meta em relação ao atendimento integral da Educação Infantil de 20% das crianças já pode estar sendo cumprida. A conselheira Norielem destacou que a meta acerca do atendimento das crianças indígenas no território é algo importante e foi solicitada pela comunidade. Por sua vez, a conselheira Suellen externou sua preocupação com o acompanhamento de crianças com deficiência por monitores, uma vez que o número de crianças com essa necessidade aumentou muito e a quantidade de monitores ainda não é suficiente, levando ao remanejamento de profissionais, o que por vezes prejudica os alunos. Simony encerrou sua fala e Mariana Máximo afirmou que o PMPI ainda será finalizado. O conselheiro Alex de Almeida pediu a palavra e expressou uma proposição aos poderes executivo e legislativo sobre a criação de um projeto de lei sobre passe livre estendido ao responsável do estudante da educação infantil, uma vez que o aluno dessa etapa da Educação Básica não tem autonomia para ir e vir à escola sozinho. A vice-presidente colocou em regime de votação e foi aprovado por unanimidade o encaminhamento da proposição de criação de projeto de lei. Mariana Máximo apresentou o segundo tópico, o Projeto Escola Legal, retomando a trajetória das discussões desse tema no CME e passou a palavra ao conselheiro Jorge Nunes, que abordou a atualização desse projeto. No caso, o projeto terá um caráter formativo e não apenas de certificação de cumprimento das obrigações legais, ressaltando a necessidade de uma formação continuada e que se discuta a questão da acessibilidade. Jorge informou que o evento formativo do Projeto Escola Legal será no dia 03/07, às 14h, na E. M. Júlio César de Almeida Lorangeira. A vice-presidente passou a fala para a conselheira Norielem Martins sobre a questão da Escola Indígena no território angrense. Ela informou que existe uma ação do ministério público federal, o qual já determinou que o estado precisa chamar professores para a escola indígena. Complementou que seria interessante convidar uma representação da aldeia indígena, na pessoa do cacique Algemiro, para escutarmos os anseios da comunidade no CME. A presidente Silvia Lira informou que participou de uma reunião on-line sobre a questão da educação Indígena no território e que a questão realmente está no âmbito estadual e federal e que o município neste caso pode acompanhar e apoiar. Mariana prosseguiu para o repasse do Encontro Estadual da

UNCME em Nova Friburgo, do qual participaram Silvia Lira, Mariana Máxima, Luana Bandeira, Walquíria e Cristiane Inoue. As conselheiras presentes compartilharam as informações. Cristiane Inoue destacou que o Plano Nacional de Educação foi prorrogado até o final do ano de 2025 e que não há impedimento para implementação da Meta 17 por estarmos em ano eleitoral. Luana Bandeira afirmou que os presidentes do fórum nacional e do fórum estadual estavam presentes e os palestrantes apontaram a necessidade de integralizar os planos estaduais e municipais de educação com o nacional e do engajamento das pessoas nos fóruns de educação, visando também à construção dos novos planos. A conselheira, ademais, informou que houve palestras sobre a intersetorialidade, como o trabalho com a saúde, enfocando profissionais da educação, alunos e famílias. Ela defende que quando redigirmos o novo plano municipal seria importante que ressaltássemos a intersetorialidade. A conselheira Patrícia Viríssimo pediu a palavra e destacou duas ações importantes com a área da saúde nas escolas: o programa saúde no olhar e a vacinação das crianças na escola. Luanna então pediu a palavra e enfatizou a necessidade de atendimento psicológico para alunos, profissionais da educação e famílias na escola. A fala passou para a conselheira Cristiane Inoue, a qual repassou que a reunião do GT da meta 17 marcada para hoje à tarde foi adiada porque o SINSPMAR solicitou adiamento por não ter conseguido enviar um representante suplente, sendo que na última reunião do GT outros membros enviaram representantes quando titulares não puderam estar presentes e a reunião foi mantida. A conselheira afirmou que ficou chateada com essa situação, pois um suplente do SINSPMAR poderia ter participado. Patrícia fez uma defesa do SINSPMAR em relação à diretoria do sindicato porque estariam ocupados com a implementação do plano de saúde para os servidores de Angra, e Andréia Jordão, titular no GT, não tem um suplente. O conselheiro Alex voltou à questão da ausência da intersetorialidade, que é um problema da administração pública. A conselheira Bárbara destacou ainda a importância do trabalho também da assistência social nas escolas. Além disso, ressaltou que o programa saúde na escola é um programa que articula a Saúde e a Educação. A presidente Silvia Lira fez o repasse sobre o colóquio que participou, cujo tema foi educação integral, afirmando que a perspectiva de educação integral não é de apenas ampliação da carga horária, mas sim do olhar integral sobre o desenvolvimento dos alunos. A presidente ainda agradeceu a oportunidade de participar desses encontros e afirmou que Angra dos Reis está avançando na Educação Integral. A vice-presidente abordou então o próximo tópico, o repasse do Fórum Nacional da UNCME, em Aracaju-SE para Presidentes CME/CACS FUNDEB, do qual participaram ela, Silvia Lira e a presidente da CACS FUNDEB Walquíria. Mariana destacou que o foco da UNCME é o fortalecimento dos conselhos municipais de educação e a consolidação dos sistemas municipais de educação, além disso foram abordadas diferentes questões sobre o financiamento da educação. A vice-presidente passou ao curso do TCE, destacando que os conselheiros precisam informar à presidência sua inscrição para que os encaminhamentos sejam feitos. Após as considerações finais, a Presidente do CME, Silvia Almeida Lira, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Simony Valim da Rocha, li e encerro esta ata. Ata lida e aprovada ao término da V Reunião Ordinária do Conselho Pleno de onze de junho de dois mil e vinte e quatro.